

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# O DRAMA SOCIAL DA ESCASSEZ DE ÁGUA EM UM QUILOMBO NO SERTÃO POTIGUAR: APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DA AÇÃO E DA IDENTIDADE COLETIVA

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10095>

Submetido em: 2024-09-25

Postado em: 2024-09-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **O DRAMA SOCIAL DA ESCASSEZ DE ÁGUA EM UM QUILOMBO NO SERTÃO POTIGUAR: APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DA AÇÃO E DA IDENTIDADE COLETIVA**

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8192-1009>

<[lrb.souza@gmail.com](mailto:lrb.souza@gmail.com)>

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Porto Alegre, RS, Brasil.

**RESUMO:** Esse trabalho apresenta alguns apontamentos acerca do drama social (Turner, 2017) da escassez de água em uma comunidade Quilombola da Aroeira na região central do Rio Grande do Norte. A partir desse conflito, é possível compreender alguns dilemas que pairam sobre o processo de produção da identidade coletiva e, conseqüentemente, da ação coletiva da comunidade. Nessa pesquisa foi possível constatar um processo que elabora e reelabora referentes identitários, a promoção e invenção de ritos de passagem e resignificação de instituições e de processos que não podem ser concebidos somente através de uma racionalidade utilitária, econômica e burocrática. Conseguimos enxergar que a identidade coletiva possui um caráter processual, onde a mobilização de referentes ocorre de forma transitória e por meio de atravessamentos, provocando cisões e tensionamentos na concepção de comunidade e território, ambas são vistas sob uma perspectiva heterogênea e instável. Estão em jogo, como constatou-se, crenças, emoções, projetos individuais e coletivos de distintas naturezas. A pesquisa teve um caráter qualitativo, optando por uma abordagem etnográfica que resultou na análise e descrição do drama social da água no quilombo; contando com fontes secundárias, como documentos e estudos sobre a temática.

**Palavras-chave:** quilombo, identidade coletiva, comunidade e território, drama social, escassez de água.

## **THE SOCIAL DRAMA OF WATER SCARCITY IN A QUILOMBO IN THE SERTÃO POTIGUAR: NOTES ON THE PRODUCTION OF COLLECTIVE ACTION AND IDENTITY**

**ABSTRACT:** This work presents some notes on the social drama (Turner, 2017) of water scarcity in the Quilombola community of Aroeira in the central region of Rio Grande do Norte. Through this conflict, it is possible to understand some dilemmas that hang over the process of producing collective identity and, consequently, collective action in the community. This research was able to identify a process that elaborates and re-elaborates identity references, the promotion and invention of rites of passage, and the re-signification of institutions and processes that cannot be conceived solely through a utilitarian, economic, and bureaucratic rationality. We were able to see that collective identity has a processual character, where the mobilization of references occurs in a transitory manner and through crossings, causing schisms and tensions in the conception of community and territory, both of which are viewed from a heterogeneous and unstable perspective. At stake, as observed, are beliefs, emotions, and individual and collective projects of distinct natures. The research had a qualitative character, opting for an ethnographic approach that resulted in the analysis and description of the social drama of water in the quilombo; relying on secondary sources, such as documents and studies on the theme.

**Keywords:** quilombo, collective identity, community and territory, social drama, water scarcity.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns resultados preliminares de uma pesquisa realizada desde o ano de 2021, sobre a produção de identidades coletivas no Quilombo da Aroeira, na cidade de Pedro Avelino no Rio Grande do Norte (RN). Essa comunidade está localizada na região semiárida, no bioma caatinga. Possui, de acordo com o censo de 2022, 180 habitantes. Localizada em um território quilombola com outras quatro comunidades certificadas pela Fundação Palmares, a Aroeira é, entre elas, a que tem o processo de regularização de território mais antigo e avançado. Aguarda o decreto de desapropriação de terras em posse de terceiros e a titulação, a ser emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, em 2018, publicou a portaria de reconhecimento da demarcação do território.

A comunidade da Aroeira lida com problemas antigos do ponto de vista da trajetória de ocupação territorial, pois foi submetida a violências de ordem racial e de muitas outras naturezas, como também aos problemas climáticos, como é o caso da escassez de água, seja pelas longas secas que assolam o nordeste brasileiro, pela irregularidade do período chuvoso ou ainda pela falha na distribuição de água potável a partir de tecnologias e programas de assistência nessa área. A comunidade compartilha dessa demanda junto a outros quilombos no RN, são dados que aparecem no relatório elaborado pela Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do RN (SEMJIDH) em 2024. Nesses quilombos, o abastecimento de água está estimado em: 90% das comunidades abastecidas por poços, seguida de 52,5% que mantém o abastecimento via carros pipa, 42,5% por companhias de distribuição e abastecimento de água, enquanto que apenas 5% dispõe de nascentes de rios e 10% de outros tipos de abastecimento, como dessalinizador e açudes (SEMJIDH, 2024).

A demanda por abastecimento de água potável entra, segundo o relatório, como uma das principais demandas e problemas das comunidades. A água aparece citada diretamente em três demandas diretas: por falta de qualidade de água, construção de cisternas, regularização de rede de água; e, indiretamente, em outras quatro: falta de oportunidade produtivas e de trabalho, política de renda no campo, criação de política de segurança alimentar e na própria demanda por saúde (SEMJIDH, 2024). Isso tem um impacto significativo na realidade dessas famílias, seja do ponto de vista produtivo, da saúde, da alimentação e do trabalho. De muitas formas, a escassez de água afeta a permanência e a vida nos territórios quilombolas.

No caso da Aroeira, apesar do significativo avanço alcançado ao longo de duas décadas do século XXI, através do acesso aos programas sociais de abastecimento, inclusão produtiva e combate

às secas, as demandas persistem. Principalmente, quando constatamos as falhas e a falência de alguns desses programas implementados ao longo desse tempo. Assim, o tema da água não apenas se transforma em uma demanda, como se desdobra em conflitos sociais, que requerem do quilombo a organização de uma ação coletiva e sua conseqüente produção de identidades mobilizadoras, ou seja, a identidade coletiva que embasa essa ação.

Minha pesquisa procurou dar ênfase analítica sobre o drama social da escassez da água, na perspectiva antropológica do sociólogo Victor Turner (2013; 2017), no qual o drama é uma unidade anarmônica ou desarmônica de um conflito que emerge como uma crise e se desdobra a partir da ação dos atores e do contexto no qual se situam. Eles se agregam ou desagregam em busca de soluções ou no adensamento da crise, promovendo muitas vezes ações e negociações que podem provocar a cisão completa ou a reintegração a uma totalidade do coletivo. O drama social, nessa perspectiva, nos auxilia a compreender a produção de identidades que tensionam a ideia de uma comunidade com posições demarcadas, hierarquias e até mesmo burocrática do ponto de vista das relações com o Estado ou na perspectiva normativa; ao mesmo tempo em que também tensiona as fronteiras físicas e simbólicas do território.

A ideia central é compreender e, ao mesmo tempo, demonstrar como a identidade coletiva é um processo, como pensa Melucci (2001; 2002), negociado e calculado, que envolve múltiplas dimensões e que eclode no processo de produção de uma ação coletiva. Isto é, estou me afastando de uma pretensa concepção de comunidade *a priori* que, no curso do pensamento social contemporâneo, parte muitas vezes da ideia de que a identidade coletiva pode ser assumida pela comunidade pré-existente — no caso quilombola, seria uma identidade étnica — como uma vestimenta ou um recipiente em que a comunidade des-vela sua identidade ocultada. Com isso, transformando outros processos de identificação em categorias residuais. Isso reforça a noção de comunidade e território que concorrem para compreender a estabilidade e a homogeneidade desse coletivo. Afasto-me dessa noção, me aproximando de autores como Rosa, Penna e Carvalho (2020) que partem de uma concepção ontológica de coletivos instáveis e heterogêneos; evito as cristalizações da identidade.

Nesse processo, a comunidade quilombola pode ser compreendida a partir de três interfaces. A primeira, como *locus* da incisão ou do conflito, quando ela própria se transforma no espaço onde se dão esses processos, assim tensionamos a tríade identidade, comunidade e território. Segundo, a partir de dentro, onde ocorrem as disputas e as trajetórias de produção identitária e de reconhecimento de coletivos e indivíduos que, direta ou indiretamente, estão envolvidos no drama e

a partir dele estabelecem novas configurações sobre o quilombo, sobre si e sobre o mundo externo (o outro). E, terceiro, temos uma perspectiva do quilombo elaborando as ações por meio desse tratamento enquanto coletividade não totalizadora, e sim como coletivo de totalidades complementares e conflitivas; observamos que a relação do quilombo com o mundo de fora provoca tensionamentos, significações e flexibilizações das fronteiras físicas e simbólicas, entre o nós e eles, o quilombo e o mundo (outra comunidade). Isso aparece, também, através das experiências individuais que vão dando liga a um arranjo coletivo que se desenvolve ao longo do drama e que pode perdurar ou não.

A pesquisa teve um caráter qualitativo, optando por uma abordagem etnográfica. Realizei atividades de imersão na Aroeira, através de visitas que ocorreram entre os meses de junho e dezembro de 2023. Eram visitas nas quais conversava com moradores da comunidade. Com alguns desses interlocutores os diálogos foram aprofundados, tendo em vista os interesses da investigação. Recorri à gravação de algumas dessas conversas, sempre que possível; também foi produzido o diário de campo, com anotações sobre esse momento do estudo. Para além da imersão, fiz o acompanhamento dos desdobramentos de algumas ações envolvendo a comunidade e consegui consultar uma série de documentos da associação de moradores, que me auxiliaram como fontes de apoio.

Na primeira seção, o meu foco é em contextualizar o drama social da água na Aroeira, ao mesmo tempo em que apresento um pouco mais a comunidade. Na segunda, apresento alguns pressupostos teórico-metodológicos que me auxiliaram na análise do drama e da produção da identidade coletiva. Na terceira seção, apresento apontamentos por meio de um relato crítico sobre esse drama, analisando os dados coletados em campo.

## **1 O QUILOMBO DA AROEIRA E O CONTEXTO PARA O DRAMA**

O quilombo da Aroeira é um exemplo fidedigno desse processo conflituoso que marca profundamente o reconhecimento da comunidade e do seu povo como sujeitos de direito. A questão da identidade e de como ela é produzida aparece de maneira central no caso desse quilombo. Até os anos 1990, a comunidade vivia uma realidade extremamente precária, com pobreza e miséria acentuada. Souza (2020) e Souza e Costa (2022; 2023) verificam que ao longo dessa década ocorreram mudanças substanciais em relação ao acesso às políticas públicas e à realidade local em geral, as chamadas privações sociais que começavam a ser superadas.

O catalisador dessas mudanças foi a oportunidade de obter, através da autodefinição (auto-identificação) como quilombola, uma série de direitos que antes seria impensável. Isso revelou um processo que começava a repensar as fronteiras do território quilombola e como ele foi ocupado. No estudo de Barros (2013), percebemos como a comunidade foi construindo suas territorialidades e as formas de ocupação territorial. Parcelas do território foram ocupadas por outras pessoas, tomadas e até mesmo entregues ou trocadas, como forma de permanência no território, em vista de conflitos maiores que poderiam ser suscitados a partir disso ou as recorrentes violações físicas e morais.

A Aroeira teve a oportunidade de agir para reaver as terras perdidas ou tomadas, assim como pensar seu futuro, a partir de uma nova realidade. Antes as lutas políticas necessitavam muito de auxílio externo de entidades como o sindicato dos trabalhadores rurais de Pedro Avelino, agora a comunidade estava em um regime jurídico e político que lhe assistia enquanto grupo étnico no âmbito da regularização. O trâmite regulatório, apesar de se ter a autodefinição como procedimento central, ainda necessitava de duas validações e um procedimento para obtenção do reconhecimento: 1. o cadastro único que informa os dados do quilombo; 2. a certificação junto à Fundação Palmares; 3. a criação de uma associação de moradores<sup>1</sup> que responde pelo quilombo em praticamente todos os aspectos legais. Muitas conquistas obtidas pela comunidade derivam dessa mudança no aspecto legal do reconhecimento. A identidade étnica passou a ser tomada como uma identidade coletiva portadora da capacidade de acessar direitos. Foi o caso dos programas centrais no combate à escassez de água e da regularização.

A Aroeira está situada no semiárido nordestino, onde, normalmente, o chamado inverno tem início em janeiro e vai até meados do mês de maio; podendo, nos ditos 'bons invernos', chegar até junho chuvoso; e de forma contrária, ser finalizado em abril ou antes, quando é o chamado ano de 'inverno ruim'. Depois de maio, se seguem meses de poucas ou nenhuma chuva. Até 2006, a comunidade possuía acesso a dois açudes: um construído nos anos 1946, esse reservatório fica localizado nas terras que fazem fronteira com o território quilombola, elas pertencem a uma família de fazendeiros da região; o outro açude foi construído por volta de 1984 dentro da comunidade, pelo programa de emergência contra a seca do governo.

A partir de 2006, a comunidade foi contemplada com inúmeros programas de combate à seca e acesso à água potável. É o caso das cisternas para cada unidade familiar, são depósitos de

---

<sup>1</sup> A associação deveria obter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

águas da chuva para uso na casa e no campo; acesso ao programa Água Doce, do governo federal em parceria com o governo do estado, que implantou um dessalinizador na comunidade, junto ao poço que levava água potável às famílias; e o programa RN sustentável que garantia uma produção de alimentos na comunidade.

Junto a esses programas, a comunidade, assim como muitas no sertão do RN, foram abastecidas por os caminhões-reservatórios, os chamados carros-pipas. Esses reservatórios móveis auxiliaram as comunidades ao longo do século XX e, ainda hoje, ocupam uma função importante, já que dão suporte nos períodos de grandes secas. No caso da Aroeira, mesmo após a chegada dessas políticas, a comunidade continuou sendo assistida por esses veículos devido aos problemas decorrentes de algumas falhas dos programas. Até meados de 2016, segundo meus interlocutores, o abastecimento da comunidade passou a ser feito por carros-pipas do exército, mas em seguida pararam, logo após a implantação dos programas. A partir de então, a comunidade conseguiu passar um período assistida pelos programas de abastecimento. Em 2022/2023, esses carros retornaram à comunidade, dessa vez em parcerias com a prefeitura ou iniciativa dos próprios moradores devido às sucessivas falhas dos sistemas de abastecimento locais.

## **2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

O drama social é definido por Turner (2017, p. 33) como “[...] unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito”. Para Geertz (2014, p. 33), no mesmo sentido, os dramas são “resultados de situações conflitivas [...] e se desenrola até o desfecho final, graças a um comportamento convencionalizado e atuado em público”. Nessa pesquisa, foi realizada a opção por analisar o drama específico da água e de sua escassez na comunidade. Nos debruçarmos sobre os desdobramentos desse caso específico.

Nesta perspectiva, Turner (2017) conseguiu esquematizar o drama em quatro etapas, nem sempre linear e cronologicamente definidas, são elas: ruptura, crise crescente, ação corretiva e reintegração. (a) Com a ruptura temos um problema ou conflito que dá início ao drama, é quando surge o dilema a ser tratado através dos papéis que vão surgir em dada situação. (b) A crise crescente é a etapa de desenvolvimento de acentuação do problema, em que as posições começam a ser demarcadas no tabuleiro conflitivo. (c) Quanto à ação corretiva, é a etapa de resolução do problema, mas não necessariamente será a fase reintegradora, pois nem sempre as roturas se amarram a partir da resolução, mas sim após a estabilização. (d) É justamente nesse ponto que a ação integradora ou reintegradora age, construindo ou não os religamentos em um novo conjunto de relações.

Na Aroeira, entre tantos possíveis dramas, estamos situados em um dos mais complexos, que dá conta da escassez de água na comunidade. Após a virada cidadã provocada entre 1988 e os anos 2000, a comunidade que se viu atendida com inúmeras políticas no setor, passou a sofrer com o desmoronamento total dessas ações, precisamente entre os anos de 2020 e 2023. Isso não apenas frustrou a comunidade, como deu início a um capítulo conflituoso, do qual derivam inúmeras mudanças em relação à visão do quilombo e de seus habitantes sobre eles mesmos, sobre a coletividade e sobre o mundo ao redor.

Quando estamos tratando de uma comunidade quilombola, é comum observarmos estudos que apontam uma mutualidade entre o que é identidade coletiva e uma identidade étnica. A identidade étnica que é definida pelo friccionamento entre fronteiras étnicas (Barth, 2001) e lida a partir da sua etnicidade, se apresenta como a identidade do coletivo quilombo. A partir da percepção dos referentes identitários se dá a autodefinição e a regularização, atendendo ao pressuposto de que ali sempre teve uma comunidade com identidades estáveis e homogêneas, que se encontram em um passado comum e no pertencimento. Quando nos aproximamos dessa realidade, passamos a observar algo semelhante ao que verificaram Rosa, Penna e Carvalho (2020), que existe ontologicamente uma heterogeneidade e uma instabilidade no coletivo. Ou seja, o processo de produção de identidades recorre a múltiplas dimensões, contextos e experiências individuais e coletivas.

Na verdade, a identidade coletiva, definida por Melucci (2002, p. 66), já aponta para isso, ela é:

[...] un proceso mediante el cual los actores producen las estructuras cognoscitivas comunes que les permiten valorar el ambiente y calcular los costos y beneficios de la acción; las definiciones que formulan son, por un lado, el resultado de las interacciones negociadas y de las relaciones de influencia y, por el otro, el fruto del reconocimiento emocional.

A identidade deixa de lado a carga de vestimenta ou de recipiente, passando a assumir um caráter processual, ligado à produção da ação coletiva. Esse processo é negociado e envolve diversos aspectos emocionais, uma relação de afeto com atores e com o espaço. Essa perspectiva mostra, a partir do drama, que nem sempre são os referentes étnicos aqueles que serão mobilizados na estratégia de resolução dos problemas. Mas sim, um conjunto específico que orienta um cálculo. Isso pode ser exemplificado quando o referente étnico implica na apreensão de uma carga moral ou simbólica que lhe desfavoreça em relação a uma disputa ou quando a experiência individual abriu, para o sujeito, uma visão distinta do mundo que favorece a reflexão sobre o próprio quilombo.

O drama social revela, justamente, que cada narrativa ou o conjunto total delas norteiam a negociação e as idas e vindas que a identidade coletiva passa até conseguir se firmar taticamente. Contudo, essa produção não é apenas uma forma de se assumir perante o outro; pois ao mobilizar os referentes, não se está atuando desprendido da realidade social e política em que se encontra, diferente de um teatro, num drama social, cada erro pode custar vidas e etc.

Essa identidade coletiva acaba tensionando outras duas ideias pré-concebidas e associadas a essa temática, a de comunidade e de território. A Aroeira luta há anos pela regularização do território que ocupa e lhe pertence, ele é demarcado pelo INCRA, mas para além disso, seus membros observam essas fronteiras de um modo distinto do papel. Elas não são fronteiras necessariamente fixas, embora os habitantes da comunidade tenham ciência desta demarcação. Nesse sentido, vemos o processo de mobilização dos referentes identitários agindo sobre essas fronteiras, sob o prisma de uma mobilidade ontológica das próprias pessoas e do território ou da comunidade.

A ideia de comunidade pressupõe um laço comum entre todos por meio do passado. A comunidade moderna pode ser vista sob a perspectiva de uma unidade estável, que compõe a unidade básica da sociedade; sendo uma pequena estrutura dentro da grande estrutura social. Merleau-Ponty (1984), definiu a sociedade como estrutura das estruturas. Nesse sentido, aplica-se ainda uma concepção normativa de comunidade, onde ela está estabelecida por meio de Leis, estruturas, regimentos e de uma identidade comum. A Aroeira precisou se definir como Quilombo, para ser certificada como tal, depois necessitou criar uma associação de moradores, com CNPJ, para obter o reconhecimento do ordenamento jurídico e político.

O drama social da água permitiu constatar que tanto o território, quanto a ideia moderna de comunidade, está aquém de representar os processos de organização política e social, bem como de produção de uma ou de várias identidades coletivas locais. Afinal, em vários momentos observamos que o problema da água se desviou do caminho normatizado, passando a ser realizado por influências pessoais de alguns atores até mesmo externos à comunidade. Em outros casos, observamos uma disputa interna sobre essa problemática, o modo de resolução não inspirava uma unidade, mas sim um senso de fragilização que tendia, inclusive, à ruptura das relações.

É importante destacar que, ao trazermos a antropologia de Turner, estamos compreendendo também o uso de dois conceitos chaves em sua obra, o de *communitas* e de liminaridade. Ambos são produtos de uma série de pesquisas realizadas pelo antropólogo entre os Ndembu. Para ele, a *communitas* é “[...] um relacionamento não estruturado que muitas vezes se desenvolve entre

liminares”; e a liminaridade é “[...] a passagem entre status e estado cultural que foram cognoscitivamente definidos e logicamente articulados. Passagens liminares e “liminares” (pessoas em passagem) não estão aqui nem lá, são um grau intermediário” (Turner, 2013, p. 13).

Com a *communitas* Turner compreende a anti-estrutura, um operador de dialética com a estrutura. Na sua compreensão, a estrutura impõe um ordenamento por posição, hierarquia e processos burocráticos a um coletivo, representados principalmente na Lei, na ordem; ao passo que a anti-estrutura se atém às emoções, à dinâmica local e territorial, aos costumes, entre outros. Seria o caso de pensarmos que a Aroeira consegue apresentar ao mundo e, especificamente, ao Estado, uma representação da comunidade normativa e política a ser reconhecida e validada, e recebe influência dessas mesmas forças para exercitar a política por meios dessas estruturas burocráticas e normativas, internamente. Porém, isso não é em si mesmo a Aroeira, porque a totalidade que compõe esse coletivo, possui uma dimensão e uma temporalidade de *communitas*, que trava esse recebimento passivo de uma carga moral, política e até mesmo uma concepção ontológica de fora para dentro. Assim, os membros da comunidade não obedecem cegamente a esses dispositivos legais/estruturais. Eles resistem e apresentam uma reinvenção de sua identidade comum, a Aroeira reage produzindo um tensionamento radical da comunidade e do território. A identidade coletiva é produto dessa tensão e da transitoriedade na qual etnia, trabalho, raça e outros fatores, se mesclam, conforme o drama se desenvolve.

Com a liminaridade, se reforça esse lugar de intermédio que ocupa a identidade de uma *communitas*. Isto é, a pressuposição de ser isso ou aquilo, é tensionada. No plano histórico, podemos ver o quilombo entre o nada da diáspora que lhe furta a humanidade; um processo de coisificação que permite ao nada incorporar-se como objeto, persistindo com a desumanização, falamos do momento da diáspora e da escravização colonial. Logo após a abolição em 1888, de modo geral, podemos dizer que o quilombo ficou legado à uma promessa jamais cumprida de pleno direito e cidadania. Assim, o quilombo como metáfora do povo e da resistência negra, ocupou também uma posição intermediária ou liminar, entre o nada e a cidadania. No caso da Aroeira, a liminaridade se manifesta em relação à própria transitoriedade dos referentes mobilizados, como sempre uma relação intermediária entre a comunidade esperada pelo mundo de fora, e aquela apreendida na realidade, dentro do quilombo. É interessante, por exemplo, notar como a relação entre os referentes identitários ocupam uma função transitória em relação ao *locus* de incisão ou disputa de cada parte do drama da água. Assim, em determinado momento, os referentes indicam que, ao falar da

comunidade, se está transitando entre uma manifestação de caráter étnico e outras, como uma identidade de trabalho, de conflito, etc. Sem que isso implique a renúncia de algumas delas ou se alocar em uma posição determinada e estática. O quilombo torna-se produto desse intermédio e dessa dialética sugerida por Turner.

O drama social da escassez de água nos ajuda a compreender os processos de produção dessas identidades ao longo do conflito, alguns deram em resultados infrutíferos; outros apresentaram saídas e resolvem problemas. Nesse sentido, ainda percebemos os tensionamentos, desestabilizações, reinvenções táticas da ação e até mesmo disputas locais que nos sugerem um processo de produção de identidade coletiva ainda mais complexo, no qual, quando falamos em negociação e cálculo, nos afastamos muito mais da acepção utilitária. O drama da água nos leva a observar um coletivo em transformação, evidenciando até mesmo como as fronteiras ontológicas são pensadas e tensionadas, entre o eu e nós, o nós e o Eles da comunidade. Percebemos, a partir desse contexto, que a totalidade perde sua condição de totalização ou de identidade totalizadora, permitindo o aparecimento de novas nuances do processo de produção do coletivo, da ação e de sua identidade coletiva.

### **3 O RELATO: QUANDO TUDO DESMORONOU, SEM ÁGUA, SEM DIREITOS**

Durante minha imersão na comunidade pude conversar com mais de 10 interlocutores entre homens e mulheres do quilombo. Algumas dessas pessoas me trouxeram relatos, depoimentos e testemunhos durante a prosa sentados nos alpendres e, ou mesmo, debaixo da sombra de uma casa ou árvore. Eram relatos de suas vidas que apareciam em toda conversa. Inicialmente, perceber os arranjos políticos internos era um interesse e, em especial, olhar a associação de moradores. Contudo, isso mudou significativamente ao longo do campo. Embora muito se comentasse sobre diversos aspectos da vida local e do território, um era comum e constante entre todas as pessoas com as quais tive contato, o tema da água, ou melhor, de sua escassez.

Como pesquisador, fiquei profundamente intrigado com esse problema, pois anos antes (por volta de 2018 e 2019), em outra pesquisa junto ao quilombo, consegui registrar avanços significativos como aquisição de poços, água encanada, dessalinizador, entre outros. Agora, nesse retorno, encontrei tudo desmoronando. Meus interlocutores, dia após dia, me comentavam que os direitos para eles não apareciam, isso era diferente do que ouvi em 2019, quando comentavam que os direitos chegavam e a vida mudava, me davam exemplos apontando para os programas instalados. Recordo que à época, uma das minhas entrevistadas e, atualmente, também uma de minhas

interlocutoras, comentou que até mesmo o povo havia ficado mais inteligente (Souza, 2020). Nesse retorno, ela e outros muitos interlocutores arregimentaram críticas em diversos sentidos aos direitos, eles haviam sumido ou, na voz de alguns deles, eles nem haviam chegado.

A comunidade da Aroeira estava sem água havia um ano, quando comecei minha imersão no mês de junho. Em uma das minhas primeiras visitas, minha interlocutora A comentou que tudo havia mudado, agora as pessoas que estavam à frente da associação viam o problema da água e não se movimentavam, ela mesma havia tentado disputar à presidência da associação, mas preferiu deixar os mais jovens assumirem. Ela me informou que todas as bombas da comunidade estavam quebradas, o dessalinizador havia parado de funcionar, o açude<sup>2</sup> recém construído no território havia desmoronado, entre outros problemas.

Minha interlocutora B, confirmou os mesmos problemas. Ela advertiu que os jovens que assumiram a associação e a comunidade como um todo, não se mobilizaram. O meu interlocutor C, como um dos membros da direção da associação de moradores, não se furtou de comentar os mesmos casos, mas adotou uma abordagem diferente, me informou que se sentia incapaz de agir, pois todos os meios haviam se esgotado. A Aroeira estava dependente de um precário carro-pipa que trazia uma quantidade de água para a comunidade, diversas vezes ao dia. O acesso a esse abastecimento era via prefeitura, que normalmente era quem pagava pela ida do carro. O que para alguns era imobilidade e passividade em relação ao problema da água; para outros era um atestado de impotência diante do que se demandava resolver e dos poucos recursos. Em todo caso, evidenciava-se para mim, o primeiro episódio de uma crise que começava a tomar forma.

Em um diálogo com meu interlocutor C, conversamos sobre um poço que a prefeitura havia mandado perfurar na comunidade naquela semana,

Pesquisador [P]: Eu soube que cavaram um poço aqui essa semana, deu tudo certo?

Interlocutor C [I C]: Sim, foi lá em Dona X., mas não deu água não. Cavaram 70 metros e não deu. Lá no gavião, onde ela mora.

P: vão cavar em outro lugar?

I C: Não tô sabendo não. Acho que não vai mais não, porque o canto que achavam que dava, que mandou cavar era lá, mas não deu.

P: Não há outro lugar na Aroeira que dê?

I C: Aqui na Aroeira? Tem. No caso, a gente já tem um poço instalado, cavado. Tem do lado do dessalinizador.

P: Então, como está o caso da água?

I C: Está complicado. Aqui eu acharia melhor se fosse possível conseguir o [carro pipa para abastecimento] que era, na época, [o programa executado] pelo exército que era muito mais fruto pra gente do que esse dessalinizador. Porque quando ajeita o poço aí, não aguenta. O dessalinizador está

---

<sup>2</sup> Esse açude foi conquistado no âmbito das compensações socioambientais das empresas que construíam as linhas de transmissão de energias renováveis, precisaram arcar, devido a passagem dessas linhas próximas ao território.

paralisado. Se for colocar para lá, para dessalinizar a água, ele vai quebrar porque não pode trabalhar desse jeito. Eu preferia o exército colocando água, que na época a gente recebia por mês 17 carradas e nunca faltava água. Depois que entrou esse dessalinizador, piorou. A gente nunca sofria por água quando era pelo exército. Chegava por dia, três, quatro carradas, e saía colocando. A gente não sofria por água não. Depois que entrou esse dessalinizador através de bomba, uma comunidade grande, não aguenta não. A gente botou tanta bomba ali.

P: A bomba é pequena?

I C: Não, essa que a gente colocou agora é a maior que tem. Não sei o que está acontecendo, quando a gente desce o terceiro cano, já bate na água, o poço não está seco. Ninguém sabe o que está acontecendo.

O gavião é uma parte do território da Aroeira que precisou ser reivindicado no processo de regularização, hoje é ocupado por uma quilombola que construiu sua casa lá, é um lugar mais afastado de onde ficam a maioria das casas na comunidade. No contexto da frase colocada, ele não aparece necessariamente como uma totalidade em relação às outras partes do território, há uma distinção que o faz evocar o local onde o poço será instalado. Isso tem a ver com a condição necessária para essa instalação. Aparentemente, como pude apurar, o poço foi um pedido individual daquela moradora, para uso próprio. Recordo que outra interlocutora conversou comigo em outra visita e tocamos novamente no tema do poço cavado no gavião, ela comentou que Dona X., dizia que o poço era só dela; como não deu água, minha interlocutora atribuiu isso a um castigo. De fato, os agentes da prefeitura não retornaram à comunidade para achar outro local para tentar perfurar mais um poço. Para meu interlocutor C, o problema central não era ter mais um poço, afinal tinham vários, mas sim, como instrumentalizá-los, já que todas as bombas submersas estavam quebradas.

Nessas narrativas, sempre aparecia um certo saudosismo sobre o tempo em que o abastecimento era feito por meio de carros-pipas no programa do exército (até meados de 2016), como me informaram. Isso pode ser visto como um momento bom, em relação ao presente repleto de frustrações. Os direitos que haviam chegado outrora, agora estavam falidos. Ao mesmo tempo, essa crise começa a provocar uma nova leitura sobre o território e o uso da terra. De certa forma, começamos a ver uma espécie de “salve-se quem puder”, pois as condições de subsistência não apenas estão violadas, como estão sendo avaliadas diante da frustração radical que o quilombo e seus indivíduos foram expostos, ganhar algo e perder tudo em tão pouco tempo. Para tanto, a noção de propriedade coletiva e a individualidade da posse passaram a sugerir um caminho onde essas disputas podem se encaminhar.

Meu interlocutor D, no mesmo sentido, com sua idade avançada, 84 anos, compartilha outro momento na comunidade, quando os açudes foram construídos. O primeiro em 1946, nas terras de uma fazenda vizinha; recordava homens e mulheres trabalhando nas obras:

Pesquisador [P]: O primeiro açude foi qual?

Interlocutor D [I D]: Foi o açude Y.

P: O pessoal [da Aroeira] participou da construção dele?

I D: Não. Era só gente de fora. Até uma velhinha que ia todos os anos para Santa Cruz trabalhou. A velha Luzia ia num jumento daqui para São Francisco do Canindé. A cavalo, numa cangalha.

P: Ela era da comunidade [Aroeira]?

I D: Ela era da comunidade de Pedro Avelino. Você não conhecia não, era irmã de finado Mané Pedro, Chico Pedro (Transcrito de Gravação de conversa, 2023).

No segundo açude, construído nos anos de 1980, ele contou que muita gente da comunidade participou, foi um açude oriundo do programa de emergência e combate às secas. Para ele, aquele sim era o melhor açude, pois sua parede de contenção resistiu há muitos anos, caindo muito recentemente, num inverno duradouro. Contou-me isso concordando com sua filha que estava conosco na sombra de sua casa. Comentou que aquele era muito melhor do que o açude novo, disse que construíram esse açude e no ano seguinte, em 2020, sua parede desmoronou. Também me falou dos planos que tinha feito, queria montar um comércio de vendas de comidas e bebidas à margem do açude novo, porém tudo ficou inviável. Ela comentou que também havia um problema se quisesse montar o comércio, porque as pessoas da comunidade iriam imitar. Para ela, o açude tinha o potencial de ser uma praia no quilombo e, como disse, todos da cidade gostam de praia.

Recordo uma frase dita por minha interlocutora no começo da prosa, “[...] o povo diz que nós [o quilombo] tem tantos direitos, e esses direitos não chegam” (Transcrito de Gravação de conversa, 2023). A relação de intermédio aqui já aparece como múltiplas perspectivas. O direito que dizem lhe assistir, conflita com o direito que ela tem e reconhece pela experiência própria e da comunidade. Ela citou políticas e programas, porém a frustração evoca uma barreira entre a efetividade e o direito; e outra barreira entre os sujeitos de direito e o que de fato eles devem e podem ter. Aqui, ilustra-se bem a relação intermediária entre o ser ou não ser cidadão. O “nós” a que se refere quilombo (uma relação étnica que substancia a ocupação) coaduna com a condição de cidadã, portadora do direito (atribuído pelos outros). O não chegar vai legando o “nós” a um a esmo, onde se está? Esse meio, sem estar em algum lugar, abre caminho para o tudo que nós podemos ser, até mesmo uma empreendedora, aquela que viu no açude uma praia, aquela que quer trazer a cidade ao quilombo, de um mundo fora para o mundo de dentro.

Entre o açude velho e o açude novo, existem duas formas de lidar com a comunidade, no primeiro a mão de obra foi utilizada; no segundo, não foi. No entanto, quando o primeiro foi construído por volta de 1984, não existia uma legislação de proteção ao território quilombola. Atualmente, não apenas existe a proteção constitucional, como também temos os dispositivos legais regulamentadores, como resoluções internacionais que preveem, por exemplo, a consulta livre,

prévia e informada. Mesmo diante disso, o interlocutor F disse que quando os trabalhadores vieram construir a barreira do açude novo, ele alertou para o risco de queda, ele comentou: “Olha, quando foram construir esse Açude, que é um barreiro, trouxeram somente uma máquina. Eu disse, “está errado, essa barreira tem que ser construída para o outro lado”. Mas eles não me deram atenção. Eu sou pedreiro, sei daquilo. Táí, o açude rompeu logo” (Nota do Diário de Campo).

No primeiro açude os braços da Aroeira foram usados para subir uma grande barreira, no segundo açude, nem mesmo sua voz — assegurada pelo direito que lhe garantiu a obra do açude — pode ser ouvida de fato. Meu interlocutor calou-se. Porém, há algo substancial nesse relato, pois ao se impor, recorreu a um referente do mundo do trabalho e da profissão, ainda como tentativa de conquistar um poder de voz que lhe foi censurado já por sua presença ali. Ele me informou que falou com os trabalhadores sobre isso, mas que informaram que se implicassem com qualquer coisa, eles iriam embora da comunidade e não construíram a parede do reservatório de água.

As tentativas de resolver o problema da água na comunidade se arrastaram ao longo dos meses de imersão. Observei a tentativa de consertar a bomba através de uma cooperação envolvendo um vereador, o sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, um eletricitista e de algumas pessoas da própria comunidade, que fizeram uma coleta de dinheiro para adquirir uma bomba usada, para substituir a quebrada. Isso somado a outros esforços de conserto que demandaram inúmeras incursões de membros da associação e de toda a comunidade ao gabinete do prefeito. Mas todos os esforços culminaram em uma bomba que era colocada e quebrava após dois dias de uso. Toda oportunidade de visita de autoridades ou conversas com agentes do governo, até onde pude acompanhar, se detinham à mesma temática, a água. Isso provocou mais raiva e disputa entre os membros da Aroeira. Em um dos depoimentos, ouvi de minha interlocutora que o povo era preguiçoso e cachaceiro, não se mobilizaram para resolver o problema. Outra interlocutora disse que o lugar era o fim do mundo.

A ineficácia de saídas institucionais frustrava ainda mais as pessoas que não tinham dinheiro para consertar ou comprar a bomba, que não conseguiam mais do que saídas paliativas junto ao poder local. Por vezes, sentávamos na calçada e na conversa meus interlocutores apontavam saídas, me questionavam o que seria possível ser feito, mas eu não conseguia orientar nada além do que eu já via que tinha sido feito. Em certo momento, sugeri, após ser questionado, que uma possibilidade seria ingressar com representação junto ao Ministério Público Federal, mas não houve qualquer ação.

Soube, pouco antes de dezembro, que o prefeito da cidade havia prometido uma bomba submersa nova, mas ela ainda não havia sido comprada.

A obsolescência da tecnologia e da efetividade do direito (tomado como tecnologia de governo), revela a cisão dentro da *communitas* e da comunidade ideal, em que no meio dessa crise, através desses que são apenas uma parcela do conjunto de depoimentos e de material coletado, apresenta uma ruptura e, ao mesmo tempo, uma produção do senso de comunidade quilombola, em que não é o ordenamento e a hierarquia que predominam sobre o modo como a ação e a identidade coletiva vão ser produzidos. O uso e a posse da terra, como ilustrado, vai aparecendo em vários momentos como operadores dialéticos de pertence/não pertence; é do indivíduo/é do quilombo; é da comunidade/não é da comunidade; entre outros. São, ao mesmo tempo, condições de intermediação de pessoas e de coletivos de dentro e do próprio quilombo. A Aroeira começa a se colocar como assistida pelo direito, quando encontra a “comunidade de Pedro Avelino”, como o mundo de fora; no entanto, as pessoas começam a pensar em como pode-se ouvir sua voz, se fala como quilombo ou como trabalhador, se recorre à experiência profissional ou ao pretense cidadão portador do direito, ou ao sujeito que pertence ao lugar.

Observamos não apenas a crise que apresentamos acima, como o aparecimento sutil da ação corretiva. Primeiro, através da compra da bomba após mais de um ano de sofrimento por parte do quilombo, feita pela prefeitura. Segundo, por meio de uma ação junto à Coordenadoria de Política de Promoção à Igualdade Racial (COEPPIR), ocorrida em abril de 2024. Participei dessa audiência que envolveu a secretaria de meio ambiente e recursos hídricos do RN (SEMARH) e outros órgãos. Dou ênfase aqui à fala do representante desta secretaria. Após ouvir todos os membros da comunidade, que fizeram um grande esforço para compartilhar os dispositivos celulares entre os que possuíam e não possuíam, ele comentou que não poderia ajudar a comunidade da Aroeira no tocante às bombas, pois eles eram assistidos pela “autogestão” do território.

A fala do representante elucida ainda mais o tipo de agravo que essas comunidades sofrem, ao ponto de terem revertido o direito à autogestão, em uma ofensiva sobre a capacidade ou o poder do estado para auxiliar a comunidade. Afinal, a comunidade não tinha recursos suficientes, muitos na comunidade passam necessidades extremas, como alguns dos quilombolas presentes naquele momento relataram. Diante do silêncio após sua fala, realizei uma intervenção pedindo mais respostas, pois a autogestão não poderia ser alegada como critério para não agir diante de um problema como aquele. Então, após outras intervenções de gestores presentes no sentido de cobrar

outra posição, o representante recuou e informou que a comunidade seria colocada em prioridade para a manutenção dos dessalinizadores; e que encaminharia uma equipe da secretaria em 15 dias, para a limpeza e manutenção do poço e recuperação da bomba. Segundo ele, como um servidor do quadro técnico, imaginava que o problema no poço não era em si a bomba, mas a falta de limpeza e manutenção.

Após diversos atrasos uma equipe da secretaria foi até a comunidade, no entanto, ao chegarem, informaram que precisavam de hospedagem e refeições, já que a obra duraria mais de um dia. Isso gerou, mesmo durante um processo de correção, uma pequena crise. Assim como a coordenadora da COEPPIR, eu também fui acionado pois um dos interlocutores não sabia o que fazer, orientei a dizer aos prestadores de serviço que procurassem o chefe, o que foi inútil, segundo meu interlocutor. Em áudio, perguntei a ele o resultado e se tudo havia dado certo, ele me respondeu:

Conseguiram, terminaram um [poço], limparam e tiraram a vazão, amanhã vai para o outro. É interessante que esses caras [prestadores de serviço do governo] que vieram, disseram que se a gente não desse o almoço e a janta eles iam embora. Você acredita? Eu disse, vá que a gente liga para seus chefes. Só que você sabe que quem precisa não pode perder essas oportunidades, eu tive que conseguir a dormida para eles, porque eles disseram que se fosse para voltar, não vinham mais não. A gente ficou com medo deles ir, porque eles iam mesmo, ia ser outro tempo para eles voltarem, e a gente na seca aqui. Aí cada um doou 1kg de alimentos para fazer uma janta, infelizmente a gente teve que fazer isso. Eu sugeri aquilo que você me falou, mas eles disseram que ia embora assim mesmo (Transcrição de áudio do Whatsapp, conversa de 2024).

Como é possível observar, o esforço coletivo precisou de mais do que os próprios recursos da associação que, por sua vez, são escassos, as condições financeiras e sociais da comunidade são precárias. Dadas as condições impostas, jamais haviam sido pactuadas com o quilombo. A oportunidade citada aqui, vincula a comunidade a um grupo de desassistidos do direito, são os despossuídos aqueles que detém, em tese, o direito ao seu lado. O quilombo foi colocado em risco de segurança devido à presença estranha e ameaçadora daqueles (do Estado) que superando qualquer potencial de alteridade moral, impôs ao quilombo a escolha entre continuar a passar sede ou se submeter a determinação dos que detém o poder e a tecnologia de auxílio. Assim, os laços foram reconstruídos entre a comunidade dividida, dando vez a uma solidariedade atroz, calcada na necessidade e no medo da permanência na condição insustentável de dependência de um bem de natureza mais básica. A bomba foi instalada dias após o serviço, dessa vez ela não falhou, até o fechamento deste texto, o quilombo aguardava ainda o conserto do dessalinizador; mas já tinha água potável nas casas.

A Aroeira vem passando pelo processo de reintegração que vai ocorrendo aos poucos, com pessoas voltando a pensar em como resolver outros problemas, como conversei com alguns interlocutores. Já se comenta na comunidade sobre a necessidade de fazer uma atividade em 20 de novembro de 2024, em comemoração ao dia da consciência negra. Em conversa com algumas interlocutoras, elas já comentavam, com maior otimismo, a necessidade de comemorar as conquistas recentes. As fases do drama não necessariamente ocorrem uma após a outra. Conforme a ação corretiva acontece, vamos vendo alguns elos serem reconstruídos, é o caso da solidariedade.

## CONCLUSÕES

Concluimos que a comunidade de fato reconhecida pela Lei, como um grupo étnico certificado, é limitada diante de situações diversas que lhe confrontam com o mundo de fora. A imposição estrutural de um ordenamento jurídico e político é limitante diante da complexa dimensão ontológica, política e moral que envolve a formação do quilombo. Resta ao todo, muito além de posições hierárquicas ou normas jurídicas, agir em prol da manutenção do direito/Lei, assegurada a ela. A comunidade quilombola se divide em duas ou mais, comunidade/Território e *communitas*, evidenciando essa dialética que reforça a transitoriedade e o atravessamento. Em suma, o processo de produção da identidade coletiva acaba envolvido justamente nesse trânsito de um lugar para outro, de uma comunidade para outra, de um território para outro, que ao mesmo tempo retorna, como no drama social, à posição de totalidade jamais totalizadora; não estabilizada e heterogênea.

O pedreiro pode ser o referente de intermédio entre a posição do assistido ou do desassistido pelo direito, pela política que lhe escapa. Como a empreendedora também pode assumir essa interface diante da impossibilidade de constituir-se como cidadã ou como aquela que nada detém, a não ser a vida. O direito se torna alheio à comunidade, por mais que normativamente ela seja reconhecida. E ao consolidar uma comunidade de Aroeira frente a Comunidade de Pedro Avelino, o meu interlocutor não impõe uma condição de imposição de fora para dentro, vertical. Mas, ao contrário, fala a *communitas* que observa um movimento estruturalizante socialmente, e lhe diz: essa é uma comunidade de lá, eu sou da Aroeira. Outro ponto relevante, nessa perspectiva, é que ao calcular o processo de produção de uma identidade e ao mobilizar valores para tal, o quilombo e seus membros, não necessariamente recorrem à lei da soma e do progresso linear. Mas sim, a um processo que, diante da experiência e da frustração com a incapacidade de efetivar direitos, por vezes o passado pode e é percebido como um ponto de desejo, pois o açude velho durou muito tempo, o

carro-pipa está em sua história e ainda se apresenta como solução, porém o novo fracassou nesse drama, ele é o epicentro de uma promessa não cumprida.

Esse texto apontou algumas das circunstâncias que envolvem esse processo de produção de identidade, mas ele é apenas um fragmento de uma pesquisa maior que necessitará de espaço para apresentar todos os resultados. Por ora, resta-nos observar tais situações conflitantes, transitórias e atravessadas que revelam tensionamentos, instabilidade e atravessamentos. O quilombo vai assim se apresentando como um *locus* de tensão que pluraliza o pretensamente comum e igual entre todos. A identidade coletiva no quilombo vai sendo experienciada a partir desse transitar entre o indivíduo e o todo, entre o todo e ele mesmo, entre ele mesmo e o mundo. É produto sempre dessa relação entre estrutura e *communitas*/anti-estrutura que dá vida ao novo. E por vezes constrói o não sujeito, a partir do não lugar. É no meio que ele se investe da potência, quando e onde tudo é movimento.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Tatiane Vieira. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-cultural**. São José: Terra Ambiental, 2013.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. **Teorias da Etnicidade**. POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. (Org.). São Paulo: Unesp, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Ciudad de México: El Colegio del México, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Lévi-Strauss. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ROSA, Marcelo Carvalho. PENNA, Camila. CARVALHO, Priscila. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. **Civitas**. Porto Alegre: v. 20, n. 3, pp. 499-512, set.-dez., 2020.

SEMJIDH - RN. **Relatório da pesquisa para o diagnóstico situacional e socioterritorial para subsidiar a elaboração do plano estadual de promoção da igualdade racial.** Mossoró: SEMJIDH, 2024.

SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra de Souza. **Comunidade Quilombola da Aroeira: uma avaliação do processo de implementação da regularização de território.** [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2020.

SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra. COSTA, João Bosco Araújo. As Políticas Públicas e as Privações Sociais em Territórios Quilombolas: a comunidade da Aroeira no Rio Grande do Norte. **Revista Contraponto.** Porto Alegre: v. 9, n. 1, pp. 9-34, 2022.

SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra. COSTA, João Bosco Araújo. Regularização de Territórios Quilombolas (RTQ): uma avaliação do processo de implementação da Comunidade da Aroeira (RN). **Campo-Terrório.** Uberlândia: v. 18, n. 49, pp. 305-329, abr., 2023.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura.** Petrópolis: Vozes, 2013.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana.** Niterói: EDUFF, 2017.

## **FINANCIAMENTO**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES); e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## **MINIBIOGRAFIA DO AUTOR**

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza é doutorando em sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do grupo de pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS) e do grupo de pesquisa e extensão Território, Estado e Raça (TERRA/UFRGS).

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Não há conflito de interesses no trabalho apresentado.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.